

Governo do Estado de Pernambuco**Secretaria Estadual de Cultura****Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural.**

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de dezembro de 2017, na Casa de Oliveira Lima, atual sede dos Conselhos Estaduais de Cultura, as 14h55, teve início reunião extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC-PE. Presentes na reunião, conforme lista de presença, os seguintes conselheiros: **Sociedade Civil (titulares):** Nivaldo Jorge da Silva – Artesanato, Williams Wilson de Santana – Circo, Masayoshi Matsumoto – Gastronomia, Paula de Renor – Teatro, Tereza Luiza de França – Cultura Popular de Matriz Africana; **Sociedade Civil (suplentes):** Maria do Livramento Aguiar – Artesanato, Maria Adélia Collier – Design e Moda, Guilherme Laureano Coelho de Moura – Música, Jocimar Gonçalves – Movimentos Sociais; **Poder público (titulares):** Marcelino Granja de Menezes – Secretaria de Cultura, Félix Galvão Batista Filho – Arquivo Público; **Poder público (suplentes):** Silvana Lumachi Meireles – Secretaria de Cultura, Mariana Ramos Barbosa Pontual – Sec. de Justiça e Direitos Humano. Na pauta da reunião: 1. Funcultura; 2. Eleição Presidência e Vice-Presidência CEPC-PE; 3. Substituição dos Conselheiros faltosos; 4. Audiência relativa ao Inquérito Civil nº 10.009-0/8 que versa sobre a implantação das ferramentas de acessibilidade comunicacional – audiodescrição no dia 9 de janeiro de 2018, às 14h, no MPPE. Os trabalhos foram iniciados com a mesa composta pela Vice-Presidente e conselheira titular de Teatro e Ópera, **Paula de Renor** e pela Secretária do Conselho, Secretária Executiva de Cultura **Silvana Meireles**. A Conselheira Titular de Teatro e Vice-Presidente do Conselho, **Paula de Renor**, abriu a sessão informes e convocação dos conselheiros para participação na audiência com o Ministério Público de Pernambuco - MPPE. A conselheira suplente de Artesanato, **Maria do Livramento**, informou sobre reunião realizada no GAJOPE acerca da formação de comitê de Pernambuco para o participação no Fórum Mundial Social; explicou

que o objetivo do comitê era a elaboração de propostas de atividades. Explicou que a participação se daria por inscrição no site, e que as pessoas poderiam ir independentemente, mas a participação no comitê estava condicionada à frequência das reuniões preparatórias. Relembrou as datas do FMS (13 a 17 de março de 2018) e que seria necessário observar os desdobramentos da participação dos conselheiros devido ao choque de datas com a IV CEC – PE. Sobre o assunto a secretária do CEPC-PE, **Silvana Meireles**, explicou que, caso se mantivesse a realização da IV CEC-PE no Centro de Convenções, as datas não poderiam ser alteradas, mas a SECULT estava estudando outra alternativa (SINDSPREV localizado na Guabiraba) que, além de possibilitar o adiamento da plenária final, o local era mais adequado em termos da logística e da acomodação dos delegados. A Vice-Presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor**, comunicou o recebimento de documento da Prefeitura da Cidade do Recife-PCR, com indicação de servidores para fazerem parte do CEPC-PE – Eduardo Vasconcelos (Titular) e Carlos Carvalho (Suplente) e como primeiro ponto de pauta sugeriu que fosse apresentado o relatório das faltas dos conselheiros. A Secretária do Conselho, **Silvana Meireles**, apresentou o Regimento Interno do CEPC-PE, leu a Seção 3 Art.11 §1, e explicou que, pelo Regimento, a substituição do titular faltoso por seu suplente não seria automática, ficando condicionada a uma nova eleição e apresentou o levantamento de faltas feito pela equipe da SECULT. Diante da informação, a conselheira titular de Cultura Popular de Matriz Africana, **Tereza de França**, perguntou qual seria a deliberação do CEPC-PE. Com a palavra, a conselheira suplente de Artesanato, **Maria do Livramento**, pronunciou-se sobre a participação, afirmando que importava a qualidade dela e não se representada pelo titular ou suplente. Pontuou que a pequena participação dos conselheiros dificultava os encaminhamentos das pautas e que faltava entendimento do real papel dos conselheiros. O conselheiro suplente de Movimentos Sociais, **Jocimar Gonçalves**, apontou duas falhas no artigo do Regimento: a primeira por não explicitar a forma da eleição e a segunda por referir-se ao conselheiro e não aos conselheiros. Complementou citando o artigo 24 daquele documento que remete ao Conselho a resolução dos casos omissos e consequentemente pela má formulação dos artigos citados o CEPC-PE decidiria a forma de eleição e notificou que o colegiado presente deveria deliberar sobre a substituição. A conselheira suplente da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, **Mariana Pontual**, explicou

que, de acordo com seu entendimento, as faltas intercaladas valeriam para suplente ou titular; que o conselheiro da sociedade civil seria submetido à eleição e o conselheiro do poder público a uma nova indicação. A Vice-Presidente do CEPC, **Paula de Renor**, alertou que essa eleição se daria apenas para complementação do tempo de mandato. Propôs que fosse feita uma consulta ao jurídico da Secult para subsidiar a deliberação do CEPC-PE. A Secretária do CEPC-PE, **Silvana Meireles**, comentou ser necessário o colegiado refletir sobre a eficácia de uma nova eleição considerando o tempo de mandato restante (6 meses), independente do encaminhamento jurídico. A conselheira suplente de Design e Moda, **Adélia Collier**, ponderou que se os titulares estiveram sendo substituídos adequadamente por seus suplentes, estes deveriam ser mantidos até o final do mandato, inclusive em observância a essa lacuna do regimento interno. A conselheira suplente de Artesanato, **Maria do Livramento**, alertou para a necessidade de alteração do regimento interno, incluindo a mudança do papel de representação do titular e do suplente; sugeriu aos conselheiros mais atenção em relação aos tempos estabelecidos para tomadas de decisão sobre casos como a das faltas dos conselheiros. O conselheiro suplente de Movimentos Sociais, **Jocimar Gonçalves**, falou sobre a necessidade de reativação do GT para realizar as alterações no regimento interno, e propôs seu início em janeiro de 2018. Os conselheiros **Maria do Livramento**, **Nivaldo Jorge**, **Jocimar Gonçalves** e **Adélia Collier** propuseram-se a compor o GT sobre a atualização do Regimento. A conselheira suplente de Artesanato, **Maria do Livramento**, comentou ter sido questionada sobre qual seria a deliberação da Secult após o cancelamento da PCR RMR Sul ao que a Secretária do CEPC-PE, **Silvana Meireles**, respondeu que o cancelamento da Pré-Conferência se dera por falta de quórum e que submeteria à Comissão Organizadora da IV Conferência a possibilidade dos inscritos e presentes na PCR da RMR Sul (9 pessoas) poderem participar de outra PCR de sua escolha. O Presidente do CEPC-PE, **Marcelino Granja**, explicou que de acordo com o regimento não há nenhuma possibilidade de recomposição da Pré-Conferência RMR Sul. A conselheira suplente de Design e Moda, **Adélia Collier**, lembrou aos presentes a necessidade de finalizar a discussão sobre a carteira funcional de conselheiros. O conselheiro suplente de Música, **Guilherme Moura**, lembrou a todos que havia sido discutida a necessidade de formação de um GT para discussão desse tema.

Encaminhamentos da sessão de informes: 1. Alexandre Sena

– representará o CEPC-PE na Audiência do MPPE; 2. **Silvana Meireles** – realizará consulta ao jurídico da Secult sobre a forma de eleição para substituição dos conselheiros da sociedade civil. 3. **Tereza de França, Adélia Collier, Maria do Livramento, Guilherme Moura e Nivaldo Jorge** comporão o GT de discussão da carteira funcional do Conselho. Sobre a eleição da Presidência e Vice-Presidência do CEPC-PE, a Vice-Presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor**, explicou que, de acordo com a pactuação entre os conselheiros da sociedade civil, ela assumiria a presidência. O Presidente do CEPC-PE, **Marcelino Granja**, comentou que essa permuta deveria ter se dado há alguns meses atrás e ressaltou a necessidade de iniciar-se o processo de eleição do novo mandato do CEPC-PE, visto que, para os conselheiros da sociedade civil, essa demanda deveria ser precedida de um processo indicativo dos grupos sociais, conforme o decreto regulamentador do CEPC-PE. Para os conselheiros do poder público, as indicações seriam dos órgãos ou prefeituras que compõem os assentos no CEPC-PE; lembrou a pactuação entre o poder público e a sociedade civil de haver a permuta entre Paula de Renor e Marcelino Granja na Presidência e na Vice-Presidência. E, por fim, alertou o Conselho para a necessidade tornar públicas suas deliberações por meio de resoluções, portarias, etc. A conselheira suplente de Artesanato, **Maria do Livramento**, levantou a importância de um relatório de trabalho anual, contendo todas as deliberações do CEPC-PE e propôs a instituição de um calendário de atividades para o ano de 2018. Retomando o tema da mudança da presidência e da vice-presidência, a conselheira titular de Teatro e Ópera, **Paula de Renor**, questionou se o momento da eleição seria ao que a Conselheira titular de Cultura Popular de Matriz Africana, **Tereza de França**, se pronunciou afirmando que em seu entendimento não seria necessária uma eleição. O Presidente do CEPC-PE, **Marcelino Granja**, procedeu à leitura do Art. 12 do Regimento, que refere-se à eleição aberta para a definição de um novo presidente e novo vice-presidente. O conselheiro titular de Dança, **Marcelo Sena**, propôs, então, como encaminhamento a votação da proposta de chapa: Marcelino Granja vice-presidente e Paula de Renor, presidente. O conselheiro titular de Artesanato, **Nivaldo Jorge**, lembrou que a convocação daquela reunião extraordinária teria como finalidade principal a eleição e que o Conselho deveria proceder à votação. O Presidente do CEPC-PE, **Marcelino Granja**, conferiu o quórum da reunião para dar início à votação. Em face de apenas 15 conselheiros, entre titulares e

suplentes, estarem presentes, não configurando o quórum necessário para a realização de eleição, o Presidente, **Marcelino Granja** se posicionou pela manutenção do acordo político anterior de alternância dos mandatos. A Vice-Presidente do CEPC, **Paula de Renor**, concordou com a manutenção do acordo feito, mas ressaltou a necessidade de transferir a eleição dessa chapa para o mês de janeiro de 2018. Seguiu-se o segundo ponto de pauta com a apresentação do material do Funcultura. A coordenadora de apoio ao Funcultura, **Laudjane Domingos**, apresentou a metodologia dos trabalhos e informou que as alterações nas linguagens seriam apresentadas pelos respectivos Coordenadores e Assessores de linguagem da SECULT e que as alterações tinham sido feitas a partir da análise dos segmentos. O Assessor de Teatro e Ópera da Secult, **José Neto**: sobre Ópera-fruição citou um ajuste da nomenclatura, tendo sido trocado o termo erudição por composição lírica, dramática e musical; a retirada da unidade estilística dos períodos históricos, deixando aberto para todas as unidades estilísticas existentes, liberdade criativa e poética para os fazedores; explicou a atualização de ampliação de Teatro de formas animadas para Teatro de animação. Quanto à programação de espaços, em atenção aos territórios criativos, foi proposta a programação de até 2 espaços com atividades relacionadas ao Teatro. Por fim, citou o aumento do valor da linha a partir do arredondamento de valores de outras linhas. A Coordenadora de apoio ao Funcultura, **Laudjane Domingos**, explicou que esses ajustes financeiros foram feitos a partir da garantia de que essa mobilidade financeira não compromettesse a quantidade de projetos aprovados nas linhas que estivessem passando por ajustes. O Assessor de Teatro e Ópera da Secult, **José Neto**, explicou que a proposta de alteração de valores se deu a partir da análise da aprovação dos projetos nos últimos 3 anos. O Presidente do CEPC-PE, **Marcelino Granja**, pediu a palavra para ponderar que as alterações substanciais estavam no edital da música e recomendar que as alterações do Edital Geral fossem apresentadas em conjunto para que a apresentação naquela reunião se concentrasse na análise das mudanças que dependeriam de um debate no Conselho. O conselheiro suplente de Música, **Guilherme Moura**, afirmou que o material deveria ter sido enviado anteriormente aos conselheiros, a fim de possibilitar a análise deles e o debate na reunião. Desse modo aquele momento seria apenas para validação do trabalho da Secult/Fundarpe e não de discussão pelo CEPC-PE. O Presidente do CEPC, **Marcelino Granja**, sugeriu que

fosse apresentado apenas o material da música e o Geral, haja vista que o edital do audiovisual seria discutido pelo CCAuv. O conselheiro suplente de Música, **Guilherme Moura**, solicitou o registro em ata de que mais uma vez o material não fora enviado com antecedência para análise do CEPC-PE e que esse tipo de atitude tem-se tornado comum da parte da SECULT/Fundarpe. O Presidente do CEPC-PE, **Marcelino Granja**, informou que legalmente o Governo teria apenas que apresentar as questões ao CEPC-PE e que Conselho poderia se esquivar dessas discussões. Explicou que o edital não seria de responsabilidade do Conselho, mas que o Conselho colaborara na discussão de vários pontos e que a instituição tem trazido essas colaborações em suas apresentações. A Vice-Presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor**, comentou que competia ao CEPC-PE propor mudanças estruturais no Funcultura e que esse ponto deveria ser estudado em profundidade em um momento futuro. O conselheiro titular de Dança, **Marcelo Sena**, ratificou o posicionamento do conselheiro Guilherme Moura sobre a necessidade do envio de informações para o CEPC-PE com antecedência. Em seguida, o Coordenador de Artes Visuais, **Márcio Almeida**, o acompanhamento das atividades de Artes Visuais além das ações da Coordenadoria, a exemplo de projetos apoiados pelo Funcultura. Mencionou a supressão da linha 5, de Concepção e produção de arte digital, do edital, justificando que essa linha era atendida por instituições privadas como o Porto Digital; apresentou a inserção de uma linha, de Intercâmbio entre artistas e/ou coletivos, como resultado de experiência de intercâmbio realizado no FIG 2016; apresentou alteração na linha relativa ao Grafite com o objetivo ampliar atividades coletivas em espaços públicos; informou a redução do valor da linha de Concepção de programa curatorial para que fosse possível o nivelamento de recurso com a linha de Manutenção de atividades de espaços e coletivos; apresentou alteração na redação da linha de Projetos curatoriais para Mostra de publicação de artista e aumento do valor para 35 mil. Na sequência, a Assessora de Literatura, Luciana Lima, apresentou a supressão da linha 8 sobre Publicação e circulação de livros com a justificativa de ser uma linha pouco acessada desde 2015; diminuição de recursos da linha de Festivais, mostras e feiras literárias para 185 mil; alteração de redação da linha de Bolsas de criação; criação de linha para Literatura infanto-juvenil no valor de 35 mil com a readequação orçamentária das outras linhas; alteração na redação da linha de Pesquisa para Trabalhos científicos para focar nos elos criativo e

produtivo; em formação e capacitação, alteração na redação da linha 2 de Formação de mediadores, com a exigência da formação e aquisição de acervo e manutenção da linha em 120mil. Seguindo, a Assessora de Design e Moda, **Janaina Branco**, explicou o acréscimo de valores para o segmento em 140 mil reais, distribuídos entre as demais categorias para possibilitar incentivos para a Formação e Pesquisa; apresentou alteração na redação da linha 1; realocação de linhas de fruição para formação e pesquisa; informou que Pesquisa sofrera alteração com a divisão de Pesquisa em Design e Pesquisa em Moda, visto que são duas linguagens diferentes; apresentou a proposição de 3 linhas para formação, incluindo a que estava em fruição. Com a palavra o Assessor de Fotografia, **André Teixeira**, informou que a maior parte das alterações na linguagem foram relativas à redação dos textos das linhas e à readequação de valores, feitas em atendimento a demandas do segmento; justificou algumas alterações como decorrentes da necessidade de regionalização; informou que em pesquisa houve a necessidade de junção de 2 linhas em função do baixo número de inscrições nos editais anteriores: Pesquisa, Mapeamento e Sistematização de dados e acervos; em Formação, houve melhoria na redação da linha de Curso de elaboração e gestão de projetos vinculada a fotógrafos e profissionais da área; readequação de valores para oficinas para pessoas com deficiência em escolas estaduais e projetos sociais com readequação de valores para 20 mil; e criação de nova linha para oficinas de fotografia para estudantes da rede pública, focada nas áreas do Agreste, Mata ou Sertão do Estado. A Coordenadora de apoio ao Funcultura, **Laudjane Domingos**, faz a apresentação das alterações da linguagem de Gastronomia, afirmando não ter havido mudanças na estrutura, mas apenas ajustes; em Formação relatou a fusão das linhas 1 e 2 de Oficinas para transmissão de saberes e Produção gastronômica tradicional, com ajuste orçamentário de 50mil; exclusão das linhas de participação como Expositor em feiras e cursos para Elaboração de plano de negócios de empresas criativas, levando os valores dessas duas linhas para a Fruição em Gastronomia com acréscimo de valor nas linhas que apresentavam grande número de projetos inscritos; apresentou alteração na redação da linha de Trabalhos científicos teóricos; finalizou a apresentação do edital geral para dar início à discussão do Edital de Música. A Vice-Presidente do CEPC, **Paula de Renor**, mencionou ter tratado com o Assessor de Teatro e Ópera sobre alguns pontos do edital, mas que preferia naquele momento manter as propostas apresentadas. Alertou sobre a

impossibilidade de atendimento integral à exigência de apresentação de grade de programação com um ano de antecedência. Ao que o Assessor de Teatro e Ópera, **José Neto**, comprometeu-se a analisar o assunto. A conselheira titular de Cultura Popular de Matriz Africana, **Tereza França**, parabenizou a equipe pela coerência e segurança da apresentação, ressaltando a complexidade do trabalho e solicitou destaque para a regionalização de uma linha de Fotografia mencionando a importância de um projeto no interior desenvolvido em 2014 em que fora oferecida uma oficina de Fotografia. O presidente do CEPC-PE, **Marcelino Granja**, enumerou as linguagens que não propuseram mudanças; explicou que Audiovisual e Patrimônio fariam as apresentações aos seus respectivos Conselhos; falou sobre os problemas dos Festivais que precisavam de uma política voltada para os novos e que garantisse também a realização dos festivais já consolidados; ficando pendente a discussão sobre os festivais e no segmento de Dança, a manutenção de grupos, corpos sólidos. Destacou o aumento dos valores dos editais para 32 milhões e, no Audiovisual, o aumento dos recursos da ANCINE de 10 para 15 milhões de reais e a criação de nova linha para Games. A Coordenadora de Música, **Andreza Portella**, iniciou informando que, desde 2016, música passou a ter edital específico; que no primeiro ano, mesmo com o acréscimo de orçamento, foi mais prudente não fazer grandes mudanças sem haver uma discussão substancial com o setor e a sociedade; que algumas mudanças estavam sendo implementadas no próximo edital 2018; citou a existência de 2 GTs para estudar o assunto; falou sobre a proposição da linguagem de implementar as mudanças de linhas de ação para categorias, seguindo o exemplo do Audiovisual, tendo como experiência o agrupamento realizado para o processo de análise com a segmentação da equipe de análise do Fundo; falou sobre a definição de valores por módulos e garantia de reserva de aprovação; categoria de circulação, com 3 módulos de incentivo para projetos de valor até 70 mil, 120 mil e 170 mil; reserva de aprovação de no mínimo 2 projetos de circulação estadual; categoria de gravação, com 3 módulos de valor de 20mil, 60mil e 150 mil, com garantia de reserva de aprovação de 2 projetos de artistas iniciantes e 1 projeto para cada macrorregião do estado; categoria festivais, 2 módulos de valor 100 mil ou 200mil. O conselheiro suplente de Música, **Guilherme Moura**, propôs alteração no edital geral em Teatro para substituir a exigência de uma proposta de programação por uma definição de linha curatorial. A coordenadora de Música, **Andreza**

Portella, retomou a apresentação: categoria de produtos e conteúdos, 3 módulos de 20 mil, 50mil e 120mil, com as exigências voltadas a cada um dos produtos e conteúdos; categoria de Economia da Cultura, com 2 módulos de 30mil e 80mil, sem reserva de aprovação; categoria de manutenção de bandas de música (filarmônicas) escolas de banda de música e corais, com 2 módulos de 50mil e 125mil, com a explicação do que seriam bandas de música e o que se excluiria desta categoria; categoria de difusão na rede de equipamentos culturais do estado, 2 módulos 150 mil e 250 mil. O conselheiro suplente de Música, **Guilherme Moura**, comentou o excesso de linhas . A Secretária do CEPC-PE, **Silvana Meireles**, levantou a discussão sobre financiamento de gravação de CD, uma vez que o formato não refletia mais os padrões de consumo. Em resposta, a Coordenadora de Música, **Andreza Portella**, justificou a quantidade de projetos que eram recebidos nessas linhas específicas ao longo dos anos e que o edital se baseava nessa demanda. A Secretária do CEPC-PE, **Silvana Meireles**, refletiu sobre o papel pedagógico do edital e que nesse caso a mudança poderia ser proposta pela coordenadoria. A Coordenadora de Música, **Andreza Portella**, rebateu afirmando que seguia os indicativos do segmento e por isso defendia a continuidade dessa linha. A Coordenadora de Audiovisual, **Milena Evangelista**, deu como exemplo norteador de decisões para o próximo edital da Música, a realização de um diagnóstico da cadeia produtiva, com fora feito na linguagem de Audiovisual. O Presidente do CEPC-PE, **Marcelino Granja**, ponderou que política pública é responsabilidade do estado e não pode ser pautada exclusivamente pela demanda espontânea da sociedade e que, portanto , deveria haver um recorte para a categoria de gravação com esses indicativos da política pública. A Coordenadora de Música, **Andreza Portella**, continuou com a apresentação das alterações no edital da Música: categoria Formação e capacitação, informou que o acréscimo do valor do edital fora utilizado para criação daquela categoria com 3 módulos de 30mil, 60mil e 150mil, com reserva de aprovação de pelo menos 1 projeto para populações tradicionais; categoria de Pesquisa Cultural com 2 módulos 50 mil e 70 mil. Em seguida apresentou a metodologia de análise de projetos com a formação de 5 comissões, explicou que a proposta de análise deverá alterar o edital, de forma que todos os projetos possam ser analisados por todas as comissões e possam ser socializados. A conselheira titular de Cultura Popular de Matriz Africana, **Teresa de França**, pediu que fosse incluído o termo povo de terreiros na

reserva de aprovação de projetos da categoria de formação e capacitação. A coordenadora de Música, **Andreza Portella**, apresentou o resumo dos orçamentos de cada categoria e informou a existência de uma proposta de calendário com reserva de 1 mês para o período de análise; comunicou que os analistas receberiam os projetos em casa se reunindo posteriormente para socialização. O conselheiro suplente de Música, **Guilherme Moura**, perguntou sobre o processo de julgamento, se a inscrição seria digital e se seria feita defesa oral. A Coordenadora de Música, **Andreza Portella**, respondeu que as categorias que detêm os maiores valores gerais terão defesa oral; que ainda seria definida a forma de inscrição (3 projetos impressos + 1 digital), que já existia uma proposta de cronograma; que o processo de julgamento estava sendo pensado para acontecer em 3 fases. O conselheiro suplente de Música, **Guilherme Moura**, reforçou sua opinião sobre o excesso de categorias e sugeriu a criação de uma categoria para demandas específicas oriundas do governo como a de ocupação dos espaços, linhas específicas dentro das categorias que fossem flexíveis e que tivessem os indicativos do posicionamento político. Falou que o tempo precisaria ser melhor distribuído. A Vice-Presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor**, se pronunciou favorável a um aprimoramento do calendário com inclusão de datas específicas para liberação dos resultados de aprovação e a inclusão da informação da data de início do projeto, relacionando essas datas com as de resultados e pagamentos. O Presidente do CEPC-PE, **Marcelino Granja**, informou sobre os trâmites necessários ao pagamento dos projetos, que dependiam de diversos fatores e que o tempo que existia até a publicação do edital possibilitava a mudança no formato de apresentação dos projetos. A Vice-Presidente do CEPC, **Paula de Renor**, discorreu sobre a impossibilidade de recebimento de documentos com assinatura digital e sugeriu que apenas na assinatura do contrato fossem apresentados os documentos oficiais. A Coordenadora de apoio ao Funcultura, **Laudjane Domingos**, ponderou que aquele tipo de problema precisaria ser debatido com o jurídico do Funcultura. Finalizada a apresentação foi encerrada a reunião com a definição da pauta para a reunião ordinária de janeiro de 2018: 1. Carteira funcional do Conselho; 2. Votação da chapa Paula de Renor – Presidente, Marcelino Granja, Vice-Presidente. E nada mais havendo a tratar eu, Silvana Lumachi Meireles, lavro a presente ata que será apreciada pelos presentes à reunião e, depois,

havendo concordância de todos, deverá ser aprovada pelos conselheiros participantes da referida reunião.

Recife, 27 de dezembro de 2017.

Silvana Meireles
(Secretária)

Nivaldo Jorge da Silva – Artesanato (titular)

Williams Wilson de Santana – Circo (titular)

Masayoshi Matsumoto – Gastronomia (titular)

Paula de Renor – Teatro (titular)

Tereza Luiza de França – Cultura Popular de Matriz Africana (titular)

Maria do Livramento Aguiar – Artesanato (suplente)

Maria Adélia Collier – Design e Moda (suplente)

Guilherme Laureano Coelho de Moura – Música (suplente)

Jocimar Gonçalves – Movimentos Sociais (suplente)

Marcelino Granja de Menezes – Secretaria de Cultura (titular)

Félix Galvão Batista Filho – Arquivo Público (titular)

Silvana Lumachi Meireles – Secretaria de Cultura (suplente)

Mariana Ramos Barbosa Pontual – Sec. de Justiça e Direitos Humanos (suplente)